

‘Dicotomias’ urbanas em Moçambique: cidades de cimento e de caniço

Mário G. FERNANDES (1) e **Rui MENDES** (2)

Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

(1) mgfernan@letras.up.pt; (2) ruipaesmendes@gmail.com

Resumo

As urbes moçambicanas são frequentemente cidade duais, coexistindo numa mesma cidade duas realidades morfotipológicas claramente distintas, temporal e tecnicamente diferenciáveis, mas interdependentes e imbricadamente ligadas entre si.

A cidade de cimento é a cidade herdada do poder, uma cidade para aqueles que dominavam e onde assentava a estrutura administrativa do território. Como o nome indica, uma cidade edificada em materiais nobres, perenes, e estruturada formalmente de forma planeada e, pelo menos pretensamente, mais racional. No entanto, fruto do crescimento económico e da consequente demanda de mão-de-obra para o sector industrial que se instalava nas cidades moçambicanas, nasceram nas franjas dessas urbes outras cidades ou novas partes da mesma cidade, improvisadas pelas gentes provenientes do *hinterland* próximo e do interior mais longínquo, que trazem modos de vida próprios e ancestrais e os incorporam no espaço urbano. Esses novos espaços, bairros originalmente “espontâneos” que pelas suas dimensões superam hoje a cidade formal de cimento num *continuum* urbano aparentemente caótico e improvisado, são construídos em materiais perecíveis, frequentemente recolhidos da natureza, como a madeira, o capim e o caniço que lhes dá o nome.

Tecnicamente e morfologicamente opostas, estas duas faces da mesma moeda estabeleceram relações de interdependência muito fortes: de um lado a cidade de cimento que necessita da mão-de-obra daqueles que habitam na cidade de caniço; nesta, aqueles que demandam a cidade formal para assegurar o seu modo de vida.

A independência de Moçambique alteraria a perspectiva com que os poderes encaravam a cidade de caniço. De espaços tolerados mas não reconhecidos e sem direitos de propriedade, eternamente suspensos em terrenos muitas vezes impróprios para habitação, passou-se para uma fase em que essas áreas são reconhecidas como parte integrante da cidade, encetando-se, em consequência, políticas de valorização e organização dos espaços e das pessoas, frequentemente com o apoio de organismos internacionais.

As alterações políticas, a guerra, os maus anos agrícolas provocaram em Moçambique um intenso êxodo rural, do qual decorreu o crescimento exponencial dos bairros de caniço, levando a que várias das cidades moçambicanas sejam hoje maioritariamente constituídas pelas áreas de caniço, que envolvem a cidade formal e por vezes ocupam espaços públicos livres (praças, jardins,...) do coração urbano.

Fenómeno singular da evolução, contacto e partilha de espaços dá-se em anos mais recentes, quando o próprio caniço, nas principais metrópoles como Maputo e a Beira, conhece profundas alterações na sua

estrutura. A sinergia entre espaços e gentes provoca a transformação do caniço tradicional/formal, de materiais perecíveis, organização orgânica e edificado vernacular tradicional, consoante as origens/etnias dos povos que aí se estabeleciam, em espaços organizados, com os materiais perecíveis a serem substituídos por materiais mais perenes e com a imagem do edificado a emular os modelos da cidade de cimento. O caniço tradicional é, assim, remetido para as áreas mais afastadas do contacto com a cidade de cimento, embora subsista nas áreas de menor dinamismo económico, particularmente nas cidades de segunda linha.

Na sociedade moçambicana o debate em torno desta questão faz-se actualmente em torno de dois eixos. Por um lado, aqueles que fazem uma clara distinção entre dois tipos de espaços urbanos formal e legalmente diferenciados, defendendo medidas que conduzam a uma formatação e reconversão do caniço aos cânones urbanísticos e arquitectónicos formalmente universais. Em contraponto, aqueles que têm ganho espaço no debate e que consideram que nos encontramos face a uma única cidade, um único aglomerado urbano, mesmo se diferenciado, sendo essencial e necessário reconhecer as suas particularidades num contexto sócio-político específico, no qual o legado cultural identitário das diversas etnias deve ser considerado e que só conhecerá uma valorização quando existir o reconhecimento dessas diferenças e especificidades, traduzido numa formalização legal do espaço face ao poder, como forma de resolução dos problemas sociais e urbanísticos existentes.

Palavras-chave: Moçambique, urbanismo, morfologia urbana

Summary

Mozambican cities are frequently dual, and two morfo-typological realities which are clearly different coexist in the same city, timely and technically distinguishable, whereas interdependent and imbricately connected to one another.

The concrete city is a city inherited by power, a city for the ruling people where the administrative structure of the territory was based. As the name suggests, a city built of noble materials, perennial, and formally structured in a planned way and, at least allegedly, more rational. Nevertheless, due to the economical growth and the consequent demand for labor force for the industrial sector that was settling in Mozambican cities, other cities were born, close to these main cities or parts of the same cities, improvised by people coming from the nearby *hinterland* and from further inland areas, bringing their very own ancestral lifestyles getting them mixed within the urban space. These new spaces, originally “spontaneous” neighborhoods, outweigh nowadays the formal concrete city for their dimensions in an urban *continuum*, seemingly chaotic and improvised, built with perishable materials frequently taken from nature as wood, grass and reeds (caniço), from which they take their name (“cidades de caniço”).

Tecnically and morfologically opposites, these two sides of the same coin have established strong interdependence relations: on one side the concrete city that needs the labor force of those who live in the reed city; on this latest, those that demand that the formal city provides for their lifestyle.

Mozambique's independence would change the perspective with which the ruling powers would face the reed city. From tolerated but not acknowledge spaces with no property rights, forever based in properties very often unfit for housing, there came a time in which these áreas became acknowledged as being an intrinsic part of the city, engaging, as a consequence, in valorization policies and in the organization of spaces and people, often with the support of international organisms.

Political changes, war, the bad farming years caused in Mozambique an intense rural exodus, followed by an exponential growth of the reed neighborhoods, leading to the fact that many Mozambican cities are, these days, mainly made of reed areas, involving the formal city and sometimes taking free public spaces (plazas, gardens,...) from their own urban heart.

A unique phenomenon of evolution, contact and sharing of spaces has been happening in recent years, at the same time as the reed area itself is undercoming deep changes in its structures in main metropolis as Maputo and Beira. The synergie between spaces and people causes the transformation of the traditional/formal reed area, made of perishable materials, an organic organization with vernacular, traditional buildings, according to the origins/ethnics of the people that established there, in organized spaces, using perennial materials instead of the perishable ones and with buildings copying those from the concrete city. The traditional reed area is, thus, sent to areas further away from the contact with the concrete, although it still subsists in areas of lesser economic dynamism, particularly in the second line cities.

In the Mozambican society, debate over this issue has mostly revolved around two points of contention. On one hand, we have those that make a clear distinction between two kinds of formal urban spaces legally differentiated, defending measures leading to the formatting and conversion of the reed area according to urban and architectonical formally universal canons. On the other hand, we have those who have gained prominence and who think we are face to face with a unique city, a single urban agglomeration, even if differentiated, finding it to be essential and necessary to acknowledge its particularities on a specific socio-political context, in which its legacy, identitarian of the different ethnics, must be considered and will only be valued when the recognition of these differences and specificities takes place, in a legal formalization of the space against the power, as a way to solve the existing social and urban problems.

Key-words: Mozambique, urbanism, urban morphology.

A construção de uma dicotomia urbana no território colonial

A cidade moçambicana foi uma cidade criada pelos poderes coloniais, obedecendo a uma matriz comum, morfológica e esteticamente reconhecível no universo colonial lusófono e sedimentada por décadas de prática na manipulação dos espaços em que se enquadrava. Eram cidades com uma função específica que não passava unicamente por ser pólo de estruturação territorial mas igualmente por se constituir como uma plataforma entre o espaço colonial, de onde drenava as matérias-primas, e a metrópole. Assim, não funcionava, como na metrópole, enquanto instrumento gerador e difusor de capital humano e económico, antes “it originated as a means whereby the metropolitan rulers established a base for administration of the countryside, and the exploitation of its resources, and consequently the transfer of the surplus extracted from the countryside to the metropolis” (Smith, 1996), o que condicionava o crescimento urbano e gerava uma permanente necessidade de mão-de-obra, quer europeia quer africana.

Num território onde os aglomerados urbanos pré-coloniais obedeciam a padrões técnicos, estéticos, culturais e sociais substancialmente diferentes dos produzidos no mundo ocidental, a cidade colonial foi, durante várias décadas, um corpo estranho, um mundo à parte evitado pelos africanos que não estavam submetidos à servidão forçada no espaço do homem branco.

A cidade colonial portuguesa é um objecto criado pelo colono português, funcional e estruturalmente organizado para o conforto do colono e modelar de uma certa filosofia política. O crescimento económico das cidades – maioritariamente associadas a áreas portuárias e/ou ao caminho-de-ferro - gerava a necessidade de mão-de-obra, numa economia que se estruturava no trabalho parcamente remunerado, tornando-se num pólo atractor de mão-de-obra proveniente do interior, onde se localizavam os aglomerados africanos, promovendo o seu esvaziamento e provocando confrontos de âmbito regional - até há pouco desconhecidos e ainda insuficientemente estudados - entre os espaços urbanos coloniais e os espaços urbanos pré-coloniais, constituindo-se como “un facteur dans la sélection des ‘villes’” (D’Almeida-Topor, 1988, p. 26).

A crescente importância económica dos espaços coloniais obrigaria à expansão dos aglomerados urbanos, mas levaria igualmente a mudanças qualitativas. Assim, o aumento da complexidade dos problemas levaria às colónias técnicos formalmente habilitados, os quais, pouco familiarizados com o espaço colonial e suas particularidades climáticas, geológicas e humanas procederiam a uma reprodução “of metropolitan forms, though adapted to meet the climatic, resource, and other specific needs of the (...) colonial situation” (King, 1990, p. 60). Gradualmente, a estrutura demográfica transforma-se de maneira substancial. A população, até aí essencialmente constituída por militares, religiosos, funcionários e pequenos comerciantes (Lemps, 2002), diversifica-se com a chegada de engenheiros, arquitetos, médicos, professores, juristas, entre muitos outros, mas igualmente com aventureiros buscando a sorte da fortuna.

Depois de uma primeira fase de utilização de malhas tendencialmente ortogonais, tão ao gosto dos engenheiros e características do urbanismo oitocentista, os aglomerados urbanos coloniais¹ começaram a denotar o aparecimento de concretizações decorrentes do modelo da cidade-jardim, idealizadas para a população branca e adaptadas ao contexto dos trópicos²: espaços amplos e ajardinados, edifícios unifamiliares e de baixa volumetria, vias largas com orientações que favorecessem a circulação do ar.

No entanto, quer no âmbito económico quer no urbanístico, os modelos prosseguidos pelas autoridades coloniais tiveram efeitos perversos, pois se, por um lado, o desenvolvimento económico assentava na exploração da mão-de-obra local, por outro, os africanos eram excluídos da vivência do espaço urbano³, estabelecendo-se nas periferias das cidades, em conjuntos de habitações precárias, construídas em materiais perecíveis e à maneira tradicional, que em Moçambique se denominam de *caniço*⁴, exatamente o material mais popular e acessível que era incorporado na construção das referidas habitações. Estes espaços periféricos eram encarados como um mal menor pelo poder colonial, sendo importante a sua relativa proximidade ao núcleo principal como forma de assegurar a mão-de-obra destinada aos trabalhos domésticos da população branca e aos serviços públicos menos qualificados. Além disso, estes bairros eram, também do ponto de vista urbanístico, considerados como provisórios e vistos normalmente como uma reserva para a expansão da cidade, o que se coadunava com o princípio legal de que a população negra não era proprietária do solo. Assim, quando surgia a necessidade de expandir a cidade, os habitantes das zonas periféricas eram remetidos para áreas mais afastadas, de acordo com as necessidades de crescimento da cidade colonial e com o ritmo crescente das novas coroas urbanas.

Seria aqui, no *caniço* das periferias das cidades coloniais, em especial após a II Guerra Mundial, junto dos trabalhadores mal remunerados e maltratados, que se formaria o cadinho de insatisfação que conduziria à formação e ao crescimento de movimentos de luta por melhores condições de vida e que acabaram por levar à formação e alimentação das organizações independentistas.

Aquela conceção e visão utilitarista das populações africanas e dos espaços urbanos informais periféricos foi genericamente comum em toda a África colonial, independentemente dos modelos seguidos na cidade formal. Aliás, o modelo das cidades-jardim foi, em África, um instrumento importante para justificar e aplicar a segregação urbana sócio-racial, sublinhando-se que o “colonial segregation principle was embodied by separate architectural languages for the colonies and colonizing nations” (Morton, 2000, p. 7). Desta forma, a cidade colonial evidenciava uma forte dicotomia entre as áreas destinadas aos habitantes europeus e aos habitantes negros, com os primeiros a habitarem uma cidade modelo

¹ Nos casos de cidades pré-existentes, normalmente aglomerados de raiz islâmica, as autoridades procediam a uma reformatação da malha urbana, adequando-a aos elementos reconhecíveis da potência colonial. No território moçambicano foi o que aconteceu, por exemplo, na Ilha de Moçambique e em Inhambane.

² As especificidades das condições climáticas decorrentes da situação geográfica destes espaços levaram ao desenvolvimento de técnicas de planeamento urbano e de construção adaptadas, denominadas como “arquitetura colonial” e que visavam minorar o impacto adverso daquelas.

³ Exceção feita aqueles a quem era concedido o estatuto de “Assimilado” e que constituíam uma minoria da população negra.

⁴ E em Angola de *musseque*.

“solidamente construída, toda em pedra e aço. Uma cidade cintilantemente limpa; [onde] as ruas estão pavimentadas com asfalto, e as latas do lixo engolem todos os resíduos (...). A cidade do colono é uma cidade bem alimentada (...)” (Fanon, 1960, p. 38); em oposição, a cidade do negro era uma cidade eternamente provisória, “um lugar de má fama, habitada por homens de má reputação (...). É um mundo sem espaço, os homens vivem ali uns em cima dos outros, e as suas cabanas são construídas umas em cima das outras. (...) uma cidade faminta de pão, de carne, de calçado, de carvão, de luz” (Fanon, 1960, p. 39).

A dicotomia urbana em Moçambique

No contexto específico moçambicano, as cidades tornaram-se ao longo dos tempos vincadamente duais⁵. De certa forma, numa mesma urbe coexistem duas cidades, temporal e tecnicamente distantes mas imbricadamente ligadas entre si e interdependentes, com denominações populares específicas que traduzem formas distintas de construção, mas que implicam igualmente diferentes culturas e estatutos sócio-económicos específicos. De qualquer forma, importa também sublinhar que, actualmente, existe uma zona de interpenetração entre estes dois universos que se encontram em transformação acentuada, verificando-se alguma tendência para o esbatimento das diferenças e para a própria diversificação de situações⁶.

Como já foi explicitado, a cidade de cimento é a cidade herdada dos poderes coloniais, uma cidade para aqueles que dominavam e onde assentava a estrutura administrativa do espaço. Uma cidade edificada em materiais menos vulgares e mais duradouros e estruturada de acordo com o modelo ortogonal. No entanto, o crescimento económico das cidades espoletado pelo desenvolvimento de interfaces ferroviários levou a uma estruturação económica assente na mão-de-obra, o que conduziu a um processo crescente de êxodo rural, que se prolongaria e atingiria o seu pico após a descolonização, acentuado que foi com a guerra civil. No entanto, os decisores políticos não cuidaram de precaver a criação de alojamento em quantidade e qualidade suficiente para as necessidades, surgindo nas periferias das grandes urbes os bairros de *caniço*. Estas áreas de habitação improvisada, edificadas e ocupadas por gente proveniente do interior moçambicano, que trouxeram modos de vida próprios e ancestrais e os incorporaram no espaço urbano, assumem hoje uma tal dimensão que supera a cidade formal, quer em

⁵ De sublinhar que no campo da Geografia urbana moçambicana se posicionam duas visões: uma que distingue duas realidades: a cidade formal (de cimento) e a cidade informal (*caniço*), ou seja, a cidade dual. Uma segunda corrente considera que tal não existe, não se podendo falar em cidade dual mas antes numa única cidade, com condições morfológicas diferentes, mas sendo o espaço vivenciado por todos de acordo com os ritmos laborais e as condições sócio-económicas.

⁶ Segundo Cani (2011, p. 108), a actual Lei e Estratégia da Habitação “tipifica as situações existentes em zonas urbanas como: urbana consolidada; urbana formal com carência de infraestrutura; urbana informal com carência de infraestrutura; urbana de ocupação espontânea; urbana de expansão planificada”.

superfície quer em população, e constituem um *continuum* urbano aparentemente caótico e improvisado, genericamente construídos em materiais recolhidos da natureza como a madeira, o capim e o caniço.

Esta dualidade urbana é, no entanto, sedimentada por uma forte complementaridade que resulta das relações de interdependência. Se de um lado temos uma cidade economicamente estruturada que necessita da mão-de-obra daqueles que habitam no caniço, do outro temos a força braçal de uma população jovem e ansiosa que busca o sustento na cidade cimento, seja na economia formal ou na informal, como forma de assegurar um modo de vida.

Os primeiros registos de construções de caniço em redor de Lourenço Marques datam de 1940 (Mendes, Maria Clara, 1985, p. 95), a partir de quando se regista um crescimento continuado da população residente nas periferias das cidades, em habitações precárias e artesanais em áreas consideradas de expansão da cidade e em terrenos cuja propriedade não lhes era reconhecida. Ante a ameaça de um crescimento desmesurado que fizesse perigar o traçado urbano mas igualmente a segurança dos colonos, tornou-se urgente regulamentar a sua fixação reservando-se áreas dos subúrbios destinadas a estes bairros e só podendo ser construídos respeitando rigorosamente os alinhamentos estipulados pelo poder municipal.

Neste contexto foi ordenada a construção de um bairro modelo “para o qual possa transferir-se uma parte da população indígena, que actualmente habita nos subúrbios da cidade, em edifícios de desagradável aspecto e desprovido das mais elementares condições higiénicas”⁷. Estes bairros seriam estruturados com uma morfologia similar aos bairros-jardim e visavam uma mais rápida assimilação dos indígenas aos benefícios civilizacionais oferecidos pelos colonizadores. O primeiro bairro indígena modelo, que ficou conhecido como caniço melhorado, foi a Munhuana (Mafalala), implantado numa área alagadiça, nos limites da cidade, sendo construído de acordo com uma planta em U, num plano radial estruturado a partir de um centro cívico que, além de se aparentar aos coevos bairros-jardim, tinha também subjacente razões de segurança, já que esta disposição permitia uma mais eficaz vigilância por parte das autoridades policiais estacionadas num posto policial localizado no centro cívico. Os indígenas escolhidos para ali habitarem eram trabalhadores da câmara e/ou dos caminhos-de-ferro.

Mas a expansão do caniço foi de tal forma acelerada que na década de (19)60 o governo colonial viu-se obrigado a desenvolver uma política estruturada de construção de bairros sociais nas cidades mais importantes da colónia⁸, destinados à população de menores recursos, independentemente da sua raça e obedecendo a critérios económicos, explicitando-se a necessidade de construir habitações “dotadas das condições essenciais à vida higiénica abastecendo-as de água canalizada, dispondo de meios para o tratamento de esgotos domésticos e prevendo o fornecimento futuro, ou tanto quanto possível imediato,

⁷ Bairros indígenas de Lourenço Marques, Boletim Geral das Colónias, Agência Geral das Colónias, N° 165, 1939, p. 91.

⁸ Nos Relatórios da Junta são recorrentes as referências a Lourenço Marques/Maputo, Beira, Porto Amélia/Pemba, Inhambane, João Belo/Xai Xai, Tete e Quelimane.

de energia eléctrica a que se seguirão a pavimentação das ruas e passeios com a conveniente rede de águas pluviais” (JUNTA DOS BAIROS E CASAS POPULARES – Província de Moçambique, 1963, p. 5). A ideia passava pela construção de habitações de matriz europeia, no sentido de estruturar uma traça que não fosse antagónica à da cidade consolidada, em materiais de baixo custo, mas também pela concretização de algumas benfeitorias (como aterros, abertura de ruas, ligações à rede de saneamento e à rede eléctrica) e pela construção de equipamentos de proximidade (como escolas ou igrejas).

No entanto, essa política era em muitos casos uma política de aparências, num período no qual a situação interna na colónia gerava mal-estar com a eclosão dos movimentos independentistas. As habitações construídas acabaram por não possuir todas as condições previstas, com grande parte sem electricidade ou água canalizada, construindo-se em contrapartida fontenários e lavadouros públicos, além de estes bairros serem frequentemente implantados em áreas impróprias, porque alagadiças na época das chuvas, e afastadas dos insuficientes transportes públicos.

O degradar da situação financeira levaria a que essas medidas fossem pontuais, não sendo estruturadas ou consequentes na resolução dos problemas. Assim, manteve-se a coexistência de duas cidades, num sistema dual: a cidade formal e a cidade informal ou a cidade de cimento e a cidade de caniço.

Após a descolonização, o nível regime de cariz marxista-leninista herdou o problema dos bairros de caniço, encetando um série de medidas tendentes a atenuar o problema que se acentuou de forma explosiva com a eclosão da guerra civil. Em 1977, o governo procedeu à nacionalização da propriedade e iniciou a distribuição de alojamento para, no ano seguinte, proceder a uma reforma administrativa na qual dotaria os então denominados Conselhos Municipais de maior capacidade de gestão do espaço urbano, para providenciar uma resposta mais eficaz às necessidades decorrentes do afluxo crescente de gentes para as áreas suburbanas das cidades.

No entanto, os esforços são diluídos pela mole humana que ocorre à cidade fruto do adensar da guerra civil e de sucessivos maus anos agrícolas provocados pelas secas ou pelas cheias e enche as cidades de refugiados que vão levando ao aumento das periferias, multiplicando os caniços, de tal forma que rapidamente a cidade informal ultrapassa várias vezes, em superfície, a cidade formal. A situação era agravada também por questões, lentamente resolvidas, relacionadas com o vazio de quadros médios e superiores, com a incapacidade de gerar receitas e a consequente paralisia do sector das obras públicas.

Em finais da década de (19)80, uma acção conjunta do Banco Mundial e do governo moçambicano procurou atenuar algumas questões urbanas, na qual Maputo tem a primazia já que era a urbe que mais crescera e corria o risco de paralisar. Estabelecem-se uma série de assessorias técnicas e empréstimos bancários tendentes à recuperação da cidade. No estudo efectuado, o Banco Mundial sublinhou “that the the colonial legislation still stood, and could profitably be reviewed, revised and updated in order to give local administration more regulative capacity” (Grest, 1995, p. 161).

Em muitos locais praticamente não se construiu nada até finais da década de (19)90 e seria necessário esperar pela primeira década do séc. XXI para assistirmos a um forte dinamismo no sector da construção civil e para que haja capacidade financeira para intervir no tecido urbano.

Características morfológicas da cidade informal em Moçambique

A cidade de caniço, constituindo um tipo de assentamento informal, é extraordinariamente complexa do ponto de vista social que gerou situações morfológicas de adaptação do tecido urbano de grande interesse. Como elemento distintivo geral, sublinhe-se que não existe apenas um tipo de caniço, antes diversos, distintos entre si, refletindo o contexto onde se enquadram. Assim, encontramos uma cidade informal/caniço de traça ocidentalizada nas cidades de maior dimensão, economicamente mais desenvolvida e tradicionalmente de maior penetração de efectivos estrangeiros, como são os casos de Maputo e da Beira; por outro lado, temos uma cidade de cariz mais tradicional nos aglomerados mais afastados dos grandes centros, como em Nampula ou em Pemba. Grosso modo, podemos considerar que existe um carácter distintivo/identitário entre o sul e o norte do país em termos do desenho das habitações e dos materiais utilizados, com os assentamentos informais a tornarem-se cada vez mais tradicionais, à medida que caminhamos para o interior setentrional.

A capital moçambicana, Maputo, será aquela onde mais se faz sentir a alteração das técnicas e morfologias relacionadas com os bairros informais de caniço, pois as habitações dos bairros precários são actualmente construídas em alvenaria, incorporando técnicas mais apuradas, formas mais ocidentalizadas e um desenho urbano mais regulado, de carácter tendencialmente ortogonal, na continuidade do aglomerado consolidado. A opção não resulta só de uma evolução estética já por si subjectiva, mas antes por razões de ordem prática e economicista: os materiais de construção tradicional, fruto da forte densidade de construção e extensão da área urbana, estão cada vez mais distantes sendo crescentemente mais oneroso o seu transporte. Assim, torna-se mais barata a construção em materiais como o tijolo e o cimento, agora mais acessíveis, existindo igualmente uma opção, eventualmente por efeitos de mimetização, para que a construção seja feita copiando o traçado regular ortogonal da malha urbana da capital. Paralelamente, é de sublinhar as acções encetadas pelas autoridades entre 1976 e 1985, que conduziram um intenso processo de reordenamento urbano dessas áreas, fazendo face às solicitações das populações que se fixavam e que construíam esses bairros (Bruschi, S. e Lage, L., 2005, p. 62).

Maputo foi igualmente o alvo de uma experiencia piloto que, com o apoio do Banco Mundial, procurou envolver as populações na recuperação de bairros e na formação da população para a reconversão da habitação e do tecido nos quais se encontravam inseridos e que, em 1980, se calculava existirem entre 800 mil a um milhão de caniços (Pinsky, 1980, p. 2) em áreas não planeadas, não tendo esse número parado de crescer, "it demarcated over 10,000 plots based on urban plans, with some basic infrastructure,

and provided basic guidance for selfmanaged house construction to new and existing residents” (Jenkins, 2009, p. 14). De qualquer forma, foi um esforço muito aquém das reais necessidades.

Saindo dos grandes aglomerados urbanos, que são Maputo e a Beira, e avançando para norte, os materiais utilizados na construção são essencialmente os tradicionais/vernaculares, de culturas próprias, mas incorporando outro tipo de materiais, baratos e de fácil acesso, como o fio de borracha, resultante do aproveitamento de pneus para o entrelaçamento das canas das habitações. Em Pemba, há uma relação muito maior entre as habitações dos bairros periféricos construídas em caniço e as construídas em alvenaria. De sublinhar que a opção/tendência pelo traçado tendencialmente regular é uma constante em Maputo, Beira e Pemba, sendo Nampula uma excepção, eventualmente devido ao factor relevo, já que a cidade de cimento foi planeada e implantada numa área de planalto, apenas deixando disponível para a cidade informal as áreas de maior declive.

É neste contexto que urbanistas e arquitectos se têm movimentado em Moçambique: na procura de um equilíbrio entre aquilo que é possível corrigir/alterar face à exiguidade dos recursos financeiros existentes, insuficientes face ao rápido e excessivo crescimento dos assentamentos informais. Estrategicamente, a intervenção prioritária assenta na dotação de infraestruturas balizadas em primeiro lugar pela construção de arruamentos e, a partir daqui, num conjunto de infraestruturas que são definidas com a participação das comunidades das áreas de intervenção.

Do ponto de vista metodológico os actores académicos pugnam pela legalização dos assentamentos existentes nos bairros informais assim como pelo reconhecimento do direito de propriedade dos lotes nos quais foram construídas as habitações, já que os sucessivos melhoramentos efectuados pelo crescente domínio das técnicas de construção e capacidade económica para aquisição de materiais mais nobres a isso habilita, independentemente dos normativos e disposições legais que requerem formalmente a existência de planos de urbanização que conformem e regularizem os assentamentos e o direito de propriedade face à lei.

Actualmente uma nova ameaça incide sobre os bairros de caniços transformados nas áreas de contacto com o aglomerado consolidado. O desenvolvimento económico registado que gera uma classe média com um crescente poder aquisitivo tem feito estender a cidade consolidada/formal para as áreas suburbanas, tradicionalmente ocupadas pelo caniço, cujas populações de menores recursos não têm capacidade financeira para fazer face às pressões de especulação imobiliária e de corrupção, sendo obrigadas a abandonar a sua área de residência tradicional para dar lugar a habitações de cimento, constituídas por “vivendas unifamiliares luxuosas, normalmente de dois pisos, que não obedecem a nenhum ordenamento, sem que se tenham construído infraestruturas de saneamento e viárias. As centenas de famílias de trabalhadores de fracos rendimentos que aqui viviam há, pelo menos, uma geração, foram deslocadas para diferentes áreas da cidade, com piores condições das que aqui possuíam” (Araújo, 2005, p. 179). Um problema que urge resolver através de investimento direccionado e da adopção de regulamentos e planos directores eficazes e devidamente fiscalizados, mas cuja

concretização parece longínqua, como longínqua parece ser a reestruturação e qualificação da cidade informal, que continua a predominar sobre a cidade de cimento, albergando cerca de 80% da população urbana moçambicana (Bruschi, S. e Lage, L., 2005, p. 63).

Bibliografia

ARAÚJO, Manuel Mendes (2005), "Cidade de Nampula: A Rainha do norte de Moçambique". Lisboa, *Finisterra*, XL, 79, pp. 209-222.

BRUSCHI, Sandro; LAGE, Luís (2005), *Moçambique, O Desenho das Cidades, Moçambique até o século XXI*. Maputo, FAPF.

CANI, Anselmo (2011), "Carreiras habitacionais em Maputo, Moçambique – como abordar o assunto", *Africana Studia*, nº 16, pp. 107-111. Porto, Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto.

D'ALMEIDA-TOPOR, Hélène (1988), "L'Histoire des Villes en Afrique: Quelques Réflexions sur une Periodization" in *Processus d'urbanization en Afrique*, C. Coquery-Vidrovitch (ed.), Paris, Éditions L'Harmattan.

FANON, Frantz (196-), *Os condenados da terra / Frantz Fanon*. Lisboa, Ulmeiro.

GREST, Jeremy (1995), "Urban Management, Local Government Reform and Democratisation: Maputo city: 1975-1990", *Journal of Southern African Studies*, Vol. 21, No. 1, Special Issue: Urban Studies and Urban Change in Southern Africa (Mar., 1995), pp. 147-164.

HENRIQUES, Cristina Delgado (2008), *Maputo, Cinco décadas de Mudança Territorial*, Lisboa, IPAD.

JENKINS, Paul, Xilunguine (2009), "Lourenço Marques, Maputo – structure and agency in urban form: past, present and future", *African Perspectives*, 4: The African city centre (re-)sourced, University of Pretoria/Thswane, Sept, pp. 24-28.

JUNTA DOS BAIRROS E CASAS POPULARES – Província de Moçambique (1963), Relatório Síntese, Maputo.

KING, A.D. (1990), *Urbanism, Colonialism, and the World Economy – Cultural and Spatial Foundations of the World Urban System*. London, Routledge.

LEMPS, X. V. (2002), *Les interactions complexes entre colonisations européennes et métropolisation*, in *Les enjeux de la métropolisation en Méditerranée*, vol. 64. Paris, CMMC.

MENDES, Maria Clara (1985), *Maputo antes da independência, Geografia de uma cidade colonial*. Lisboa, Memórias do Instituto de Investigação Científica e Tropical.

MORTON, Patricia (2000), *Hybrid Modernities: Architecture and Representation at 1931 Colonial Exposition*. Cambridge, Massachusettes, Massachusets Institute of Technology Press.

PINSKY, Barry (1980), *Notes on the Maxaquene urbanization experience*. Toronto, University of Toronto.

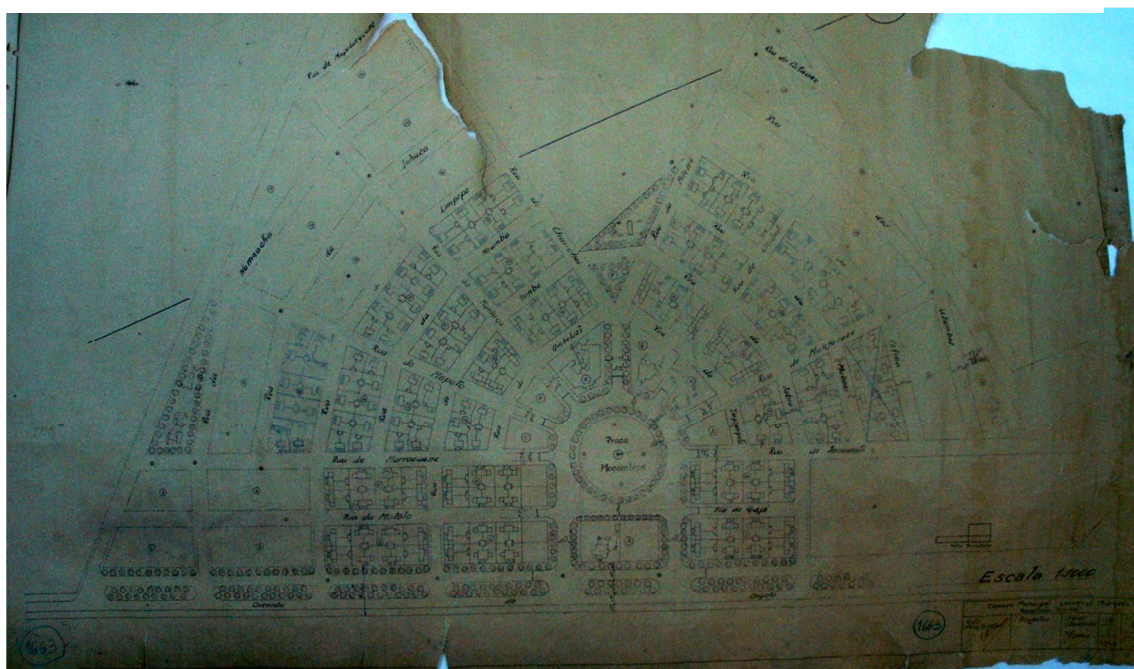
SMITH, David A. (1996), *Third World Cities in Global Perspective – The Political Economy of Uneven Urbanization*. Oxford, Westview Press.



Fig. – Cidade informal, habitação em caniço, Pemba (2011)



Fig. – Cidade informal, habitação em alvenaria, Nampula (2011)



Arquivo Histórico de Moçambique, 2011

Fig. – Planta bairro do indígena de Munhuana (c. 1939)



In Moçambique, Documentário Trimestral, nº 34, 1943

Fig. – Vista aérea do bairro indígena de Munhuana (1943)



In Moçambique, Documentário Trimestral, nº 34, 1943

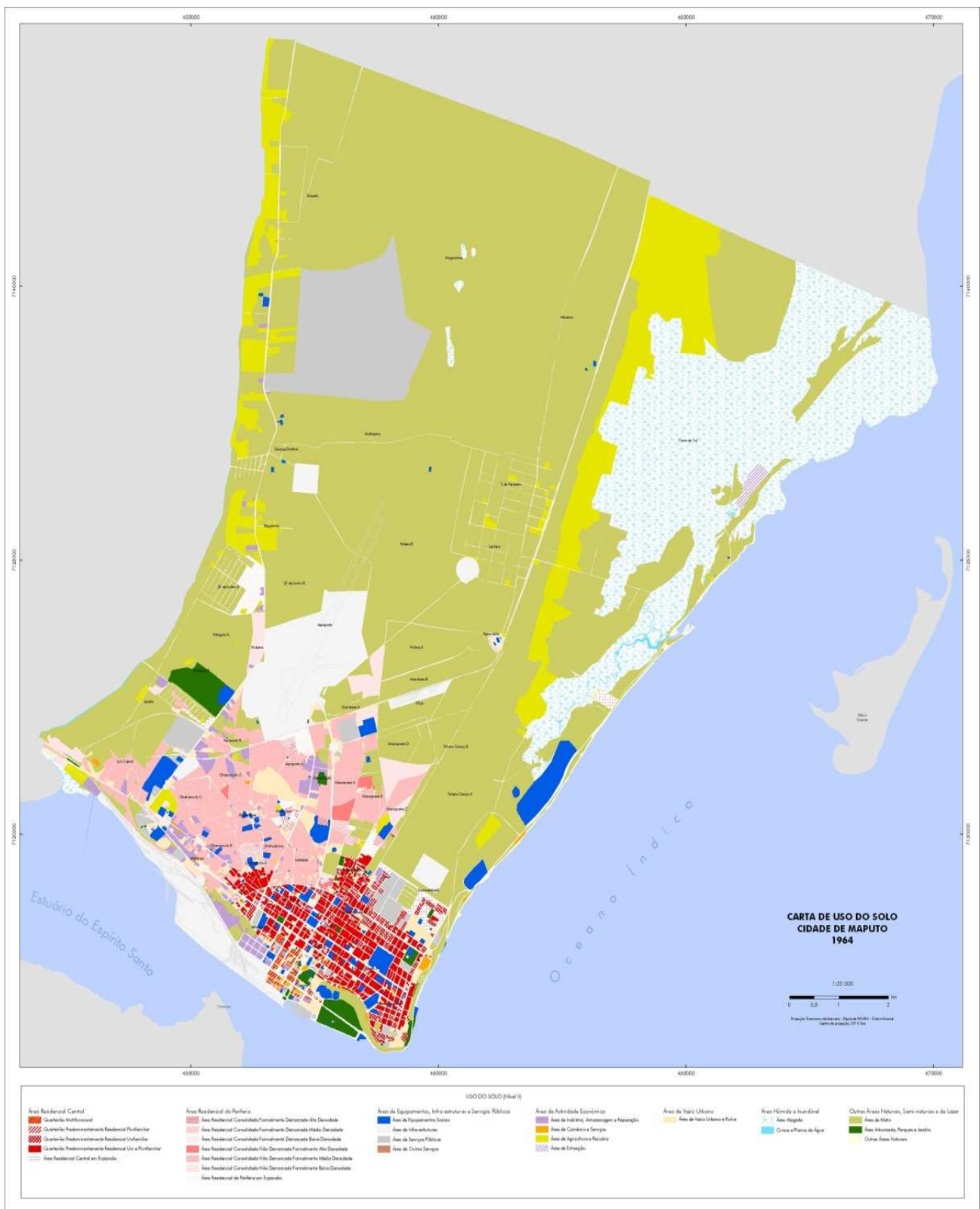
Fig. – Aspecto do bairro indígena de Munhuana (1943)



Aspecto da Faixa do Bairro Aeroporto A com a Av. Joaquim Chissano (2011)



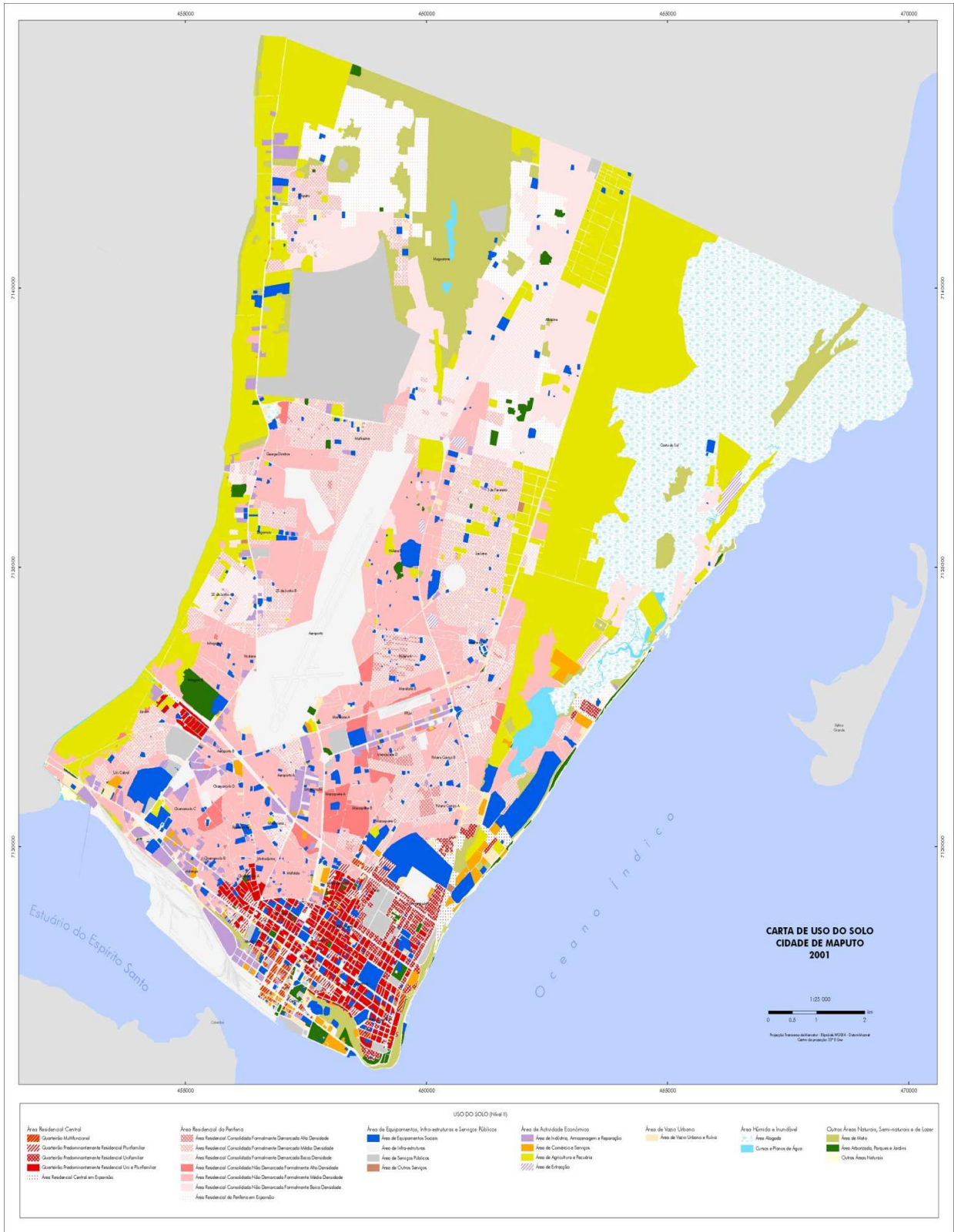
Maxaquene, rua lateral e largo comunal (2011)



Carta do uso do solo, cidade de Maputo (1964)

In Maputo, Cinco décadas de Mudança Territorial

In HENRIQUES, Cristina Delgado, 2008



In HENRIQUES, Cristina Delgado, 2008

Carta do uso do solo, cidade de Maputo (2001)

